

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de fevereiro de 2021 às 07h49
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Processo contra Megaupload e Kim Dotcom já custou mais de US\$ 2,6 milhões 3

Pirataria

Operadora registra patente de blockchain para combater pirataria de TV 4

O Dia Online | RJ

18 de fevereiro de 2021 | Direitos Autorais

Mais um compositor acusa Gustavo Lima de plágio 6

O DIA

Processo contra Megaupload e Kim Dotcom já custou mais de US\$ 2,6 milhões



O processo contra Kim Dotcom, fundador do Megaupload, se arrasta desde 2012 e, desde então, traz várias despesas ao governo da Nova Zelândia. Até o momento, a acusação já destinou 40.500 horas de trabalho para o caso. O esforço consumiu 3,6 milhões de dólares neozelandeses, equivalente a US\$ 2,6 milhões ou R\$ 13,8 milhões.

A informação foi publicada pelo *NZ Herald* a partir da lei de acesso à informação da Nova Zelândia. Segundo o veículo, o tempo e o dinheiro foram destinados para o pagamento de procuradores e custos adicionais, o que inclui trabalho jurídico externo e passagens aéreas, por exemplo.

A força-tarefa contra Dotcom e o Megaupload inclui a Crown Law, agência de governo que oferece consultoria jurídica. Ela destinou 432 horas de trabalho somente para a preparação do caso contra o site. A unidade ainda trabalhou no processo por mais de 7 mil horas por ano entre 2012 e 2014.

Os advogados de Dotcom parecem tentar vencer o governo da Nova Zelândia pelo cansaço. A estratégia da defesa é questionar diversos pontos do processo, como os que envolvem uma eventual extradição do criador do site aos Estados Unidos, para manter tribunais e a acusação ocupados.

Não há informações sobre quanto Dotcom gastou para se defender no caso até o momento. Porém, a partir das despesas do governo, o *NZ Herald* estima que o criador do Megaupload tenha destinado 25 milhões de dólares neozelandeses (US\$ 17,9 milhões ou R\$ 97 milhões) para seus advogados.

O caso Megaupload

Criado em 2005, o Megaupload ficou no ar até janeiro de 2012, quando o Departamento de Justiça dos EUA derrubou o site sob a justificativa de que ele promovia a **pirataria**. Além de Dotcom, o governo americano acusa Mathias Ortmann, Finn Batato e Bram van der Kolk, que também faziam parte do serviço.

Desde então, os EUA defendem a extradição e o julgamento dos quatro acusados por violações de **direitos** autorais em seu território. O pedido ainda não foi atendido pela Justiça da Nova Zelândia, que admitiu a possibilidade da extradição acontecer, mas ainda analisa o caso.

Com informações: TorrentFreak.

:

Operadora registra patente de blockchain para combater pirataria de TV



A operadora de TV por satélite Dish Network registrou uma **patente** para um sistema **antipirataria** que utiliza a tecnologia blockchain. A solução da empresa poderia ser um próximo passo a ser tomado em todo o mundo, principalmente por detentores de conteúdo com **direitos** autorais. O novo programa seria mais barato e eficiente que as opções atuais, de acordo com a rede.

O pedido foi registrado há dois anos e somente agora, após todos os trâmites legais, a **patente** foi oficialmente concedida à operadora. A "Gestão **Antipirataria**", como foi nomeada, busca retomar o controle de conteúdo que hoje é difundido ilegalmente através dos mais diversos sites e até mesmo no YouTube, Facebook e outras redes sociais.

Como funcionaria o programa **antipirataria**

A ideia central é a adoção em massa da plataforma **antipirataria** da Dish, concentrando informações de **direitos** autorais que serão constantemente verificadas pela rede blockchain, o que também permitiria que qualquer pessoa pudesse checá-la.

A partir do momento que alguma empresa carrega um arquivo no sistema idealizado, ele geraria um registro no blockchain, vinculando o conteúdo ao proprietário em troca de uma pequena taxa. Assim, se o programa identificar a utilização em algum site, por exemplo, ele verificará se o mesmo possui os direitos

necessários. Caso contrário, o arquivo será bloqueado no momento do upload.

Porém, isso só funcionaria se a plataforma em questão, como o YouTube, aderir ao sistema da Dish. Assim, a rede checaria se o usuário que faz o upload de um arquivo pode ou não fazê-lo.

Um exemplo prático seria que contas oficiais de artistas, empresas e canais televisivos poderiam fazer o upload de conteúdo autoral normalmente. Porém, se um usuário qualquer tentar postar um arquivo registrado no sistema **antipirataria**, ele seria automaticamente bloqueado.

Patente quer unificar checagem de conteúdo

A patente descreve que nos últimos cinco anos a **pirataria** "perturbou drasticamente a indústria da mídia em escala global e a natureza descentralizada está se tornando cada vez mais complexa e difícil de gerenciar e monitorar".

Plataformas como o YouTube e redes sociais possuem políticas contra a **pirataria** e uma série de mecanismos e filtros para oferecer a empresas a identificação de violações de **direitos** autorais. Contudo, é um trabalho muito amplo gerenciar conteúdo através de tantos sites e redes que existem hoje.

Por isso, a operadora sugere a criação de um sistema que unificaria esse processo de filtragem e monitoramento através do blockchain. "As tecnologias tradicionais **antipirataria** na indústria de compartilhamento de conteúdo descentralizado, que se encontra em rápida mudança, estão se tornando arcaicas na contenção do problema. Com muitos métodos diferentes, é necessária uma reformulação que minimize as abordagens divergentes e unifique os participantes em um protocolo comum", explica a Dish.

Continuação: Operadora registra patente de blockchain para combater pirataria de TV

Operadora tem histórico de processos de **direitos** autorais

Uma das motivações para o desenvolvimento do novo sistema **antipirataria** é o histórico que a Dish Network tem combatendo a divulgação não autorizada de conteúdo. Por anos, a empresa registrou dezenas de processos judiciais por violação de **direitos** autorais.

Enquanto a operadora segue rastreando meios que divulgam seu conteúdo sem permissão, o problema da **pirataria** continua firme e sem sinais de redução,

principalmente na **internet**. Por isso, a Dish começou a explorar novas opções de monitoramento e identificação desse tipo de violação. De acordo com a nova patente, o conteúdo autoral da empresa seria gerenciado e protegido por meio de um programa em rede blockchain.

Com informações: TorrentFreak

:

Mais um compositor acusa Gustavo Lima de plágio



Gustavo Lima e Fabinho Basílio Reprodução/Montagem

Por O Dia

Publicado 18/02/2021 05:00

Subiu para dois o número de compositores que acusam Gustavo Lima de plágio. Depois do processo movido por André Luiz Gonçalves da Silva, o De Lucca, pela totalidade dos **direitos** autorais da música 'Fora do Comum', o compositor Fábio Basílio de Freitas, de Uberlândia, mais conhecido como Fabinho Basílio, garante ser o autor de 'Saudade Sua', que segundo ele, foi intitulada originalmente como 'Fundo do Poço'. Fábio diz que já entrou na Justiça contra o sertanejo.

fotogaleria "Eu fiz uma música, entreguei para o Gustavo Lima e ele tem uma equipe de compositores de muita estratégia, que acabaram catando a canção e manipulando. Isso foi em 2018. Ele não falou nada e eu acabei esquecendo da história. Um tempo depois, ele mesmo me ligou perguntando se eu queria vender a música. Me ofereceu primeiro \$ 100 mil e eu disse para ele esperar um pouco porque eu tinha oferecido para outras pessoas. Ele me ofereceu R\$ 200 mil, mas pedi só mais um tempinho. No dia 14 de maio de 2020, ele lançou a música. Ele fez o plágio e registrou no nome do irmão dele, o Luciano, e de mais três pessoas", contou Basílio com exclusividade para a co-

luna.

O compositor conhece Gustavo Lima desde o lançamento do primeiro CD do sertanejo, 'O Inventor dos Amores', em 2010. Ele conta que está na estrada entregando músicas há 22 anos para cantores como Jorge & Mateus, Marcos & Belutti, Chitãozinho & Xororó, Roupas Nova, Rio Negro & Solimões, entre outros artistas, e sempre encontrou Gustavo em shows e festivais sertanejos. Fábio afirma que, além de ter a composição registrada, ainda possui provas que comprovam algumas alterações em 'Saudade Sua'. Todas anexadas ao processo. "Ele canta a música de ré e para ele ficar na ideia, o que ele fez foi manipular a letra, mudar algumas palavras e ficou como a minha música ao contrário para não parecer um plágio, mas quem entende de composição, percebe", garantiu.

De acordo com o advogado de Basílio, Edson Sales Feliciano, o processo corre em segredo de Justiça e a coluna teve acesso à inicial. A ação pede o pagamento de danos materiais e de lucros cessantes no valor de R\$ 55 milhões e por danos morais, o valor não inferior a R\$ 25 milhões, levando-se em consideração o potencial econômico dos requeridos.

A coluna procurou a assessoria de Gustavo Lima, que informou o seguinte, de acordo com os advogados do cantor. "Não vamos pronunciar antes de sermos oficialmente citados desta ação".

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 4, 6

Pirataria
3, 4

Patentes
4